

• Política

CONSTITUINTE

Bresser tenta convencer líderes a manter a receita da União

por Francisca Stella Fagá
de Brasília

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, reuniu ontem em sua casa as principais lideranças da Aliança Democrática e os relatores da Constituinte para dizer que o projeto de Constituição poderá criar para a União uma situação insustentável. As projeções do Ministério da Fazenda indicam que, com a fórmula encontrada pelos constituintes para cumprir o compromisso assumido na campanha eleitoral de transferir mais recursos a estados e municípios a União perderia, já no próximo ano, 6% de suas receitas. E a partir da vigência integral das propostas perderia 26% ao ano.

Durante três horas, o ministro teve oportunidade de explicar que o projeto não equilibra receitas e encargos. A União perderia receitas e continuaria com os mesmos encargos, o que não combina com redução do déficit público, ponderou. Encerrou a reunião otimista, embora tenha ouvido veementes afirmações dos parlamentares de que será muito difícil voltar atrás.

Bresser admitia que eram grandes as dificuldades de alterar os percentuais de transferência de recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que, pelo projeto, aumenta de 33 para 50%. Ele propõe no meio termo, algo em torno de 40%. Animou-se, porém, com o sinal verde dos parlamentares para alterar outros pontos do projeto.

"O ministro tem todo o direito de apresentar o seu ponto de vista aos constituintes, assim como os cidadãos fizeram com as emendas populares", esclareceu o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, antes de entrar na reunião. É preciso ter segurança para custear as despesas que se criam, ponderou. Se forem convincentes, as propostas do minis-

tro serão acolhidas, prometeu. Ao final da reunião, Ulysses declarou que as propostas seriam estudadas.

Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, ponderava que a demanda dos estados e dos municípios "é muito justa". "É difícil voltar atrás", disse.

O senador Severo Gomes (PMDB-SP) e o senador Virgílio Távora (PDS-CE) defendiam uma saída conciliatória: a União poderia engrossar as suas receitas sem prejuízo dos estados e municípios através da tributação dos ganhos de capital. A Constituinte abriria o caminho através da extinção dos títulos ao portador. Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), ex-relator da Subcomissão de Tributos, sugeria que a União cuidasse de diminuir os altos índices de sonegação.

Bresser, porém, empenhou-se em demonstrar que o caminho é outro. Sem mudar os percentuais da transferência do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, a base do Fundo poderia ser alterada. O Imposto sobre Produtos Industrializados entraria na partilha, mas o imposto de Renda ficaria só para a União. O ministro sustentou também que é inviável a aplicação da restrição prevista no projeto ao aumento do Imposto de Renda. Pelo projeto, o imposto somente poderia ser aumentado por lei em vigor antes de o contribuinte começar a receber a renda tributável.

Na avaliação do ministro, os constituintes praticamente concordaram, em princípio, que é necessário definir melhor a transferência de encargos para os municípios e estados. O projeto reformula a distribuição de encargos, atribuindo, por exemplo, saúde e educação à responsabilidade de municípios e estados. Mas a redação, segundo ele, não desobrigou a União.